GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

SÁBADO TARDE

EDITAL Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO (AL)

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
✓ Não se comunique com outros candidatos.
✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 9.

Sensação de insegurança afeta sociabilidade e economia, diz especialista.

Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Update em parceria com o Instituto Fogo Cruzado revela dados alarmantes sobre o impacto da violência na vida cotidiana dos brasileiros. Melina Risso, diretora de pesquisa do Instituto Igarapé, avaliou, ao Live CNN, os desafios da segurança pública no Brasil.

Segundo o levantamento, 60% dos entrevistados afirmaram ter deixado de frequentar lugares que gostariam de visitar por causa da sensação de insegurança, enquanto oito em cada dez brasileiros declararam ter medo de sair à noite devido à criminalidade. Além disso, 30% dos entrevistados relataram ter abandonado o uso do transporte público em razão da violência urbana.

Melina Risso destacou que a sensação de insegurança é um fenômeno permanente na sociedade brasileira. "Quando a gente olha todas as pesquisas, isso sempre está colocado, porque as pessoas são vítimas na rua", afirmou.

Segundo ela, episódios como assaltos, furtos de celular e roubos com violência fazem parte do cotidiano de grande parte da população, alimentando continuamente esse sentimento de medo.

A especialista chamou atenção para o fato de que a percepção de insegurança nem sempre acompanha os indicadores oficiais de criminalidade. "Quando a gente olha os indicadores de roubo entre 2024 e 2025, a gente observa nos registros feitos nas polícias uma queda dos registros. Mas essa não é a sensação", explicou Melina Risso.

Questionada sobre a confiabilidade das estatísticas de segurança pública, Melina Risso fez uma distinção importante entre diferentes tipos de crimes.

No caso dos homicídios, ela explicou que existem duas fontes de dados: os registros das Secretarias de Segurança Pública e os dados da área da saúde, o que garante maior confiabilidade. "Olhar essa tendência dessas duas fontes nos garante uma confiabilidade dos dados", disse.

Já em relação a crimes como violência contra a mulher e roubos sem necessidade de boletim de ocorrência para acionar seguros, a subnotificação pode ser mais significativa.

"Para isso que servem as pesquisas de vitimização, onde a gente compara esse cenário com as estatísticas oficiais", explicou a especialista. Ela também ressaltou a complexidade do tema, apontando que a sensação de insegurança afeta diretamente a sociabilidade e a economia das cidades.

Outro ponto central da entrevista foi a expansão das facções criminosas pela região amazônica. Melina Risso explicou que grupos oriundos do Sudeste brasileiro passaram a buscar rotas de escoamento de drogas pelos estados do Norte, conectando-se diretamente aos países produtores de cocaína — Colômbia, Peru e Bolívia.

"A gente observou um processo de expansão para a Amazônia de algumas facções aqui do Sudeste tentando procurar rotas de escoamento dessa droga dos mercados produtores para mercados consumidores", afirmou.

Essa rota passa por Manaus, segue para Santana e Macapá, no Amapá, e também por Belém, no Pará. Segundo a especialista, a presença dessas organizações criminosas altera profundamente a dinâmica territorial da região.

"A chegada desses grupos muda a dinâmica territorial", alertou Melina Risso. Ela acrescentou que, além do tráfico de drogas, as facções passam a explorar outros mercados ilegais, como a extorsão, o que representa uma mudança significativa para as comunidades locais.

"Acho que tem um olhar aqui importante para entender esse avanço dessa presença dos grupos organizados e como o Brasil precisa lidar com esse cenário", concluiu.

Fonte: CNN Brasil. Sensação de insegurança afeta sociabilidade e economia, diz especialista. 22 set. 2026. Disponível em: CNN Brasil Acesso em: 24 set. 2026.

Questão 01

"Já em relação a crimes como violência contra a mulher e roubos sem necessidade de boletim de ocorrência para acionar seguros, a subnotificação pode ser mais significativa."

O vocábulo 'subnotificação' é formado com o prefixo 'sub-', cujo emprego na formação de palavras segue regras específicas quanto ao uso do hífen. Com base nessas regras, assinale a afirmativa que apresenta todas as palavras grafadas de forma CORRETA.

(A) sub-diretor e sub-humano.
(B) sub-inspetor e subalimentação.
(C) sub-mandatário e subaéreo.
(D) sub-raça e subafluente.
(E) sub-rogável e sub-delegado.

Questão 02

Com base nas informações veiculadas no texto, analise as afirmativas a seguir.

I. A distinção feita pela especialista entre os homicídios e crimes como a violência contra a mulher permite inferir que a confiabilidade das estatísticas criminais pode ser afetada pelo grau de subnotificação dos casos.

II. A queda nos registros policiais de roubo entre 2024 e 2025 não autoriza, por si só, concluir que houve redução efetiva desse crime, já que o próprio texto admite que

parte dos roubos pode não ser comunicada às autoridades.

III. Ao afirmar que a percepção de insegurança nem sempre acompanha os indicadores oficiais, a especialista sugere que essa percepção carece de fundamento, uma vez que os registros policiais apontam queda da criminalidade.

IV. A menção às facções do Sudeste que buscam rotas pela Amazônia permite inferir que o medo relatado pelos entrevistados da pesquisa decorre, sobretudo, da expansão desses grupos para a Região Norte.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as inferências CORRETAS.

(A) I, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) III e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I e II, apenas.

Questão 03

"Segundo a especialista, a presença dessas organizações criminosas altera profundamente a dinâmica territorial da região."

Considerando o sentido da palavra 'altera' no contexto da frase, assinale a alternativa CORRETA que apresenta um sinônimo adequado.

(A) Reconfigura.
(B) Reafirma.
(C) Intensifica.
(D) Aprimora.
(E) Ratifica.

Questão 04

"Já em relação a crimes como violência contra a mulher e roubos sem necessidade de boletim de ocorrência para acionar seguros, a subnotificação pode ser mais significativa."

Considerando o emprego do termo 'já' no trecho acima, analise as asserções a seguir.

I. O termo 'já' indica que a constatação sobre a subnotificação em outros crimes ocorre em um momento posterior, no tempo, à afirmação sobre a confiabilidade dos dados de homicídio.

PORQUE

II. Nesse emprego, 'já' apresenta valor temporal, assinalando a sequência cronológica entre os dois fatos mencionados pela entrevistada ao longo da conversa.

A respeito das asserções, assinale a alternativa CORRETA.

(A) As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.
(B) As asserções I e II são falsas
(C) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
(E) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

Questão 05

A matéria jornalística aborda a sensação de insegurança e seus impactos sobre diferentes aspectos da vida cotidiana. Considerando a forma como o tema é desenvolvido e os recursos empregados na construção das informações, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O texto desenvolve uma abordagem predominantemente opinativa, apresentando a expansão das facções para a Amazônia como argumento do veículo jornalístico sobre a atuação do poder público.
(B) O texto combina informações apresentadas pelo veículo com declarações da especialista, reproduzidas parcialmente em discurso direto, além de contextualizar os aspectos abordados.
(C) O texto apresenta uma entrevista jornalística em que perguntas e respostas são reproduzidas integralmente, preservando a sequência original do diálogo estabelecido com a especialista consultada.
(D) O texto mantém um registro linguístico uniforme, sem alternância relevante entre as formas de expressão empregadas na apresentação das informações e nas declarações da especialista.
(E) O texto reproduz uma entrevista em formato de perguntas e respostas, mantendo as declarações da especialista como eixo exclusivo da exposição e dispensando contextualizações adicionais.

Questão 06

"Outro ponto central da entrevista foi a expansão das facções criminosas pela região amazônica. Melina Risso explicou que grupos oriundos do Sudeste brasileiro passaram a buscar rotas de escoamento de drogas pelos estados do Norte, conectando-se diretamente aos países produtores de cocaína — Colômbia, Peru e Bolívia.

Com base nas regras de acentuação, marque com V as afirmativas verdadeiras ou com F as falsas.

(__) O vocábulo 'peru' não recebe acento gráfico porque é uma palavra oxítona terminada em 'u', e as oxítonas com essa terminação, em regra, não são acentuadas, salvo em casos específicos de outras palavras em que essa vogal integra um hiato e constitui sílaba tônica isolada.

(__) Os vocábulos 'países' e 'cocaína' recebem acento pela mesma regra de acentuação, embora possuam classificações distintas quanto à tonicidade.

(__) Caso o vocábulo 'oriundo' fosse grafado sem a letra 'n', mantendo-se a mesma sílaba tônica, receberia obrigatoriamente acento gráfico.

(__) Os vocábulos 'brasileiros', 'escoamento' e 'drogas'

possuem a mesma acentuação tônica.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) V, V, V, V.
(B) V, F, V, V.
(C) V, V, F, F.
(D) F, V, V, F.
(E) F, V, F, F.

Questão 07

"Ela acrescentou que, além do tráfico de drogas, as facções passam a explorar outros mercados ilegais, como a extorsão, o que representa uma mudança significativa para as comunidades locais."

Assinale a alternativa CORRETA que reescreve o texto mantendo a correção gramatical e o sentido essencial.

(A) Ela acrescentou que, além do tráfico de drogas, as facções passam a explorar outros mercados ilegais, o que representa, como a extorsão, uma mudança significativa para as comunidades locais.
(B) Além do tráfico de drogas, ela acrescentou que as facções passam a explorar outros mercados ilegais, como a extorsão, o que representa uma mudança significativa para as comunidades locais.
(C) Ela acrescentou que as facções passam a explorar, além do tráfico de drogas, outros mercados ilegais, como a extorsão o que representa uma mudança significativa para as comunidades locais.
(D) Ela acrescentou que, além do tráfico de drogas, as facções passam a explorar outros mercados ilegais, como a extorsão o que representa uma mudança significativa para as comunidades locais.
(E) Ela acrescentou que as facções, além do tráfico de drogas, passam a explorar outros mercados ilegais, como a extorsão, o que representa uma mudança significativa para as comunidades locais.

Questão 08

"No caso dos homicídios, ela explicou que existem duas fontes de dados."

Considerando as regras de concordância verbal, analise as reescritas a seguir.

I. No caso dos homicídios, ela explicou que há duas fontes de dados.

II. No caso dos homicídios, ela explicou que existe 45% das fontes de dados.

III. No caso dos homicídios, ela explicou que devem haver duas fontes de dados.

IV. No caso dos homicídios, ela explicou que uma fonte de dados e uma pesquisa independentes existem.

Assinale a alternativa que apresenta os itens com a concordância CORRETA.

(A) III e IV, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I e IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) II e IV, apenas.

Questão 09

"Segundo o levantamento, 60% dos entrevistados afirmaram ter deixado de frequentar lugares que gostariam de visitar por causa da sensação de insegurança, enquanto oito em cada dez brasileiros declararam ter medo de sair à noite devido à criminalidade."

Com base na regência verbal e nominal, analise as asserções a seguir:

I. O uso do sinal indicativo de crase em 'à noite' e 'à criminalidade' está de acordo com a norma-padrão.

PORQUE

II. Tanto o verbo 'sair' quanto 'devido' são termos que regem a preposição 'a' e as expressões 'noite' e 'criminalidade' são palavras femininas que admitem artigo feminino.

A respeito das asserções, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(B) As asserções I e II são falsas.
(C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.
(D) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(E) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

Questão 10

"Eu é que não me queixo, já me aconteceu escapar de morrer dentro de um táxi em uma tarde de inundação e ter o consolo de, chegando em casa, encontrar a torneira perfeitamente seca."

(Rubem Braga)

Assinale a alternativa CORRETA que apresenta a figura de linguagem presente no trecho acima.

(A) Metonímia.
(B) Catacrese.
(C) Personificação.
(D) Ironia.
(E) Eufemismo.

INFORMÁTICA

Questão 11

Um instrutor da Guarda Civil Municipal elaborou, no Microsoft PowerPoint, um único arquivo com 40 slides sobre abordagem e atendimento ao cidadão. Em um evento, exibirá os slides 1 a 12 e 30 a 34 aos agentes recém-empossados; em outro, os slides 5 a 20 à comunidade escolar. Ele deseja deixar as duas sequências gravadas no próprio arquivo, sem duplicá-lo, sem ocultar slides e sem inserir novos slides ou objetos. Analise a afirmativa abaixo:

Para atender a essa necessidade, o instrutor deve recorrer ao recurso _____ e selecionar, para cada evento, os slides que o compõem.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna:

(A) apresentação personalizada
(B) modo de exibição do apresentador
(C) zoom de seção
(D) ensaiar intervalos
(E) classificação de slides

Questão 12

Durante a edição de um documento no Microsoft Word, em ambiente Windows, um usuário realiza, por meio do teclado, as seguintes ações: recorta um trecho selecionado, desfaz a última ação realizada e, em seguida, acessa as opções de impressão do documento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de atalhos CORRETA para executar essas ações, na ordem descrita.

(A) Ctrl + X → Ctrl + P → Ctrl + Z
(B) Ctrl + X → Ctrl + V → Ctrl + P
(C) Ctrl + V → Ctrl + Z → Ctrl + P
(D) Ctrl + C → Ctrl + Z → Ctrl + P
(E) Ctrl + X → Ctrl + Z → Ctrl + P

Questão 13

Um servidor precisa encaminhar o mesmo comunicado a diversos usuários externos, preservando a privacidade dos endereços eletrônicos entre eles. Ao mesmo tempo, deseja enviar uma cópia visível da mensagem ao seu supervisor.

A configuração adequada dos campos de destinatários é:

(A) usuários em Para e supervisor em Cco
(B) usuários e supervisor em Cc
(C) usuários em Cco e supervisor em Cc
(D) usuários em Cc e supervisor em Cco
(E) usuários em Para e supervisor em Cc

Questão 14

Em um editor de texto, um documento apresenta o termo "servidor" em diferentes contextos, incluindo as formas "servidor", "Servidor" e "servidores". O usuário deseja substituir as ocorrências escritas exatamente como "servidor", preservando as demais formas.

Assinale a alternativa que apresenta o procedimento adequado.

(A) Utilizar o recurso de localização e substituição, habilitando a diferenciação entre maiúsculas e minúsculas e a correspondência de palavras inteiras.
(B) Utilizar a correção ortográfica e configurar "servidor" como termo preferencial do documento.
(C) Utilizar o comando de substituição com a opção de diferenciação entre maiúsculas e minúsculas, mantendo desativada a pesquisa por palavras inteiras.
(D) Utilizar a pesquisa por palavras inteiras, desconsiderando a diferenciação entre letras maiúsculas e minúsculas.
(E) Utilizar a pesquisa por caracteres semelhantes e aplicar a substituição global do termo localizado.

Questão 15

Em uma planilha do Microsoft Excel, um servidor registra a quantidade de materiais distribuídos entre diferentes setores. Os dados foram organizados da seguinte forma:

	A	B
1	**Setor**	**Quantidade**
2	Administrativo	15
3	Atendimento	20
4	Administrativo	12
5	Financeiro	18
6	Administrativo	23
7		
8		

Na célula B8, foi inserida a fórmula:

=SOMASE(A2:A6;"Administrativo";B2:B6)

Considerando os dados apresentados e o funcionamento da função SOMASE, qual valor será exibido na célula B8?

(A) 38
(B) 50
(C) 35
(D) 88
(E) 45

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 16

Na composição de uma comissão responsável pela avaliação técnica de propostas em uma agência reguladora, serão selecionados 6 servidores entre 7 especialistas da área técnica e 6 especialistas da área administrativa, com exatamente 3 representantes de cada área. Por prevenção de conflito de interesses, dois técnicos específicos, T_1 e T_2, não podem integrar simultaneamente a comissão. Entre os administrativos, A_1 possui habilitação condicionada à presença de A_2 de modo que A_1 somente poderá ser selecionado se A_2 também for escolhido. Assinale a alternativa CORRETA para o número de comissões que atendem a todas as exigências.

(A) 480 comissões.
(B) 360 comissões.
(C) 420 comissões.
(D) 450 comissões.
(E) 392 comissões.

Questão 17

No módulo de controle de acesso de uma plataforma corporativa, sejam p a proposição "o usuário possui credencial válida", q a proposição "a autenticação biométrica foi confirmada" e r a proposição "o dispositivo está cadastrado". Uma rotina de bloqueio é acionada exatamente quando é verdadeira a condição ¬[p → (q v ¬r)]. Para implementar a mesma rotina em outro módulo, o programador precisa substituir essa expressão por uma forma logicamente equivalente. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) ¬p v ¬q v r.
(B) p ^ ¬q ^ r.
(C) p v (¬q ^ r).
(D) ¬p ^ ¬q ^ r.
(E) p ^ (q v ¬r).

Questão 18

Cinco relatórios de conformidade, identificados por P, Q, R, S e T, precisam ser apresentados, um por vez, nas cinco etapas consecutivas de uma reunião de auditoria. O cronograma deve obedecer simultaneamente às seguintes regras:

P deve ser apresentado antes de R.

Q deve ser apresentado imediatamente depois de S.

T não pode ocupar a primeira nem a quinta etapa.

R deve ser apresentado imediatamente depois de T.

P não pode ocupar a primeira etapa.

Assinale a alternativa CORRETA para a única ordem de apresentação compatível com todas as regras.

(A) S, P, Q, T, R.
(B) S, Q, P, T, R.
(C) S, Q, T, R, P.
(D) P, S, Q, T, R.
(E) Q, S, P, T, R.

Questão 19

No sistema eletrônico de uma instituição pública, a tramitação de recursos administrativos segue regras automáticas. Considere verdadeiras as seguintes regras e informações registradas:

Se o parecer foi aprovado, então o contrato foi autorizado.

Se o contrato foi autorizado, então o recurso foi rejeitado ou a auditoria foi reaberta.

Se o recurso foi rejeitado, então o processo foi encerrado.

Se a auditoria foi reaberta, então o processo não foi encerrado.

O parecer foi aprovado e o processo não foi encerrado.

A partir exclusivamente dessas informações, considere as assertivas:

I. O contrato foi autorizado.

II. O recurso não foi rejeitado.

III. A auditoria foi reaberta.

IV. O processo foi encerrado.

V. Se a auditoria não foi reaberta, então o parecer não foi aprovado.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

(A) I, III e IV, apenas.
(B) I, II, III e V, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) II, IV e V, apenas.

Questão 20

Um sistema automatizado de segurança industrial utiliza três sinais binários: p indica que o sensor de pressão detectou condição crítica, q indica que o sensor térmico detectou condição crítica e r indica que o protocolo de contenção foi ativado. A regra lógica de validação do sistema é representada por Φ = [(p v q) → r] ^ [¬r → (p ^ q)]. Analise as assertivas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

(__) Se o protocolo de contenção estiver ativado, Φ será verdadeira independentemente dos estados dos dois sensores.

(__) Se o protocolo não estiver ativado e nenhum dos sensores indicar condição crítica, Φ será verdadeira.

(__) Se ambos os sensores indicarem condição crítica, Φ terá o mesmo valor lógico de r.

(__) Entre as 8 configurações possíveis dos três sinais, exatamente 5 tornam Φ verdadeira.

(__) A negação da regra de validação pode ser representada por ¬[(p v q) → r] v ¬[¬r → (p ^ q)].

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, V, F, F, V.
(B) V, F, F, V, V.
(C) V, F, V, F, V.
(D) F, V, V, F, V.
(E) F, V, F, V, F.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 21

Após intervenção funcional complexa, foi apresentada representação por possível abuso de autoridade. Os documentos indicavam divergência acerca da interpretação de norma utilizada no momento da ocorrência, mas não apresentavam, isoladamente, elementos demonstrativos de intenção dirigida a prejudicar alguém, beneficiar o próprio agente ou terceiro, nem atuação motivada por capricho ou satisfação pessoal. Na análise preliminar, um servidor sustentou que qualquer decisão funcional posteriormente considerada juridicamente equivocada seria suficiente para caracterizar abuso. Outro destacou que a Lei nº 13.869/2019 exige finalidade específica para os crimes nela previstos e disciplina expressamente a divergência interpretativa e a avaliação de fatos e provas. A equipe deveria solucionar o caso considerando apenas essas disposições gerais.

Com base exclusivamente no art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 13.869/2019, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A desconformidade objetiva do ato com interpretação posteriormente adotada permite caracterizar o abuso, enquanto a finalidade específica repercute principalmente na individualização da resposta penal.
(B) A finalidade de prejudicar terceiro integra a estrutura do abuso, enquanto o propósito de beneficiar o próprio agente possui repercussão disciplinar sem integrar o elemento subjetivo especial.
(C) A finalidade específica compreende prejudicar outrem, beneficiar a si ou terceiro, ou agir por mero capricho ou satisfação pessoal; divergência interpretativa ou probatória, por si, não configura abuso.
(D) A finalidade específica restringe-se à intenção de prejudicar alguém ou obter benefício patrimonial, ficando atos praticados por capricho submetidos às consequências administrativas cabíveis.
(E) A divergência na avaliação dos fatos pode afastar o abuso, enquanto divergência na interpretação da lei permite sua caracterização quando houver prejuízo juridicamente demonstrado.

Questão 22

Após ocorrências simultâneas em municípios limítrofes, gestores de segurança pública planejaram ações integradas envolvendo diferentes instituições pertencentes ao SUSP. Entre as medidas propostas estavam operações planejadas conjuntamente, intercâmbio de informações, compartilhamento de conhecimentos técnicos e integração de dados por sistemas nacionais. Na reunião, surgiu dúvida sobre quais dessas práticas possuem previsão expressa como mecanismos de integração e coordenação na Lei nº 13.675/2018. O coordenador determinou que a análise fosse limitada ao art. 10, afastando práticas administrativas que, embora úteis, não estivessem contempladas no dispositivo utilizado como base da questão.

Com base exclusivamente no art. 10 da Lei Federal nº 13.675/2018, analise as assertivas:

I. Operações com planejamento e execução integrados constituem mecanismo previsto pela lei.

II. O compartilhamento de informações, inclusive com o Sistema Brasileiro de Inteligência, integra a disciplina legal.

III. A integração das informações e dos dados de segurança pública por meio do Sinesp também constitui mecanismo previsto.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

Questão 23

No curso de formação continuada de uma Guarda Civil Municipal, o instrutor apresentou quatro situações operacionais relacionadas à tutela dos direitos fundamentais, à proteção da vida, à atuação preventiva e ao emprego proporcional de meios coercitivos. O objetivo não era estabelecer hierarquia entre valores institucionais, mas verificar se os agentes reconheciam a terminologia adotada pelo Estatuto Geral das Guardas Municipais. Para evitar respostas baseadas apenas na experiência profissional, cada descrição foi formulada para corresponder predominantemente a um dos princípios mínimos expressamente previstos no art. 3º da Lei nº 13.022/2014.

Com base exclusivamente no art. 3º, I a V, da Lei Federal nº 13.022/2014, associe as colunas.

Coluna 1

1. Proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas.

2. Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas.

3. Patrulhamento preventivo.

4. Uso progressivo da força.

Coluna 2

(__) Presença operacional antecipatória destinada à prevenção de ocorrências.

(__) Graduação dos meios empregados conforme as circunstâncias da intervenção.

(__) Tutela institucional da cidadania, das liberdades públicas e dos direitos fundamentais.

(__) Atuação dirigida à preservação da vida e redução das consequências lesivas.

Assinale a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) 4, 3, 1, 2.
(B) 2, 4, 1, 3.
(C) 3, 4, 2, 1.
(D) 3, 4, 1, 2.
(E) 3, 1, 4, 2.

Questão 24

Em fiscalização integrada, agentes públicos identificaram estabelecimento no qual havia indícios de negociação clandestina de munições e acessórios para armas de fogo. O responsável alegou que eventual responsabilização pelo Estatuto do Desarmamento dependeria da comprovação de uma venda efetivamente concluída, pois aquisição, transporte, depósito ou ocultação seriam comportamentos preparatórios. Durante a análise posterior, o instrutor ressaltou que o art. 17 contém diversos núcleos verbais e relaciona sua incidência ao exercício de atividade comercial ou industrial em desacordo com a disciplina legal ou regulamentar. A equipe deveria identificar a proposição que preservasse essa estrutura normativa sem confundir o comércio ilegal com as figuras de posse ou porte.

Com base exclusivamente no art. 17 da Lei Federal nº 10.826/2003, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A incidência do art. 17 pressupõe demonstração de operações comerciais reiteradas, pois ato isolado relacionado à atividade econômica recebe tratamento penal distinto no Estatuto do Desarmamento.
(B) O comércio ilegal exige negociação envolvendo arma de fogo completa, ficando acessórios e munições sujeitos às figuras correspondentes de posse ou porte conforme as circunstâncias da apreensão.
(C) A figura alcança estabelecimento empresarial formalmente constituído, enquanto comércio clandestino desenvolvido em residência recebe tratamento correspondente à posse irregular de arma ou munição.
(D) O comércio ilegal pressupõe transferência onerosa concluída, enquanto aquisição, transporte e depósito de arma ou munição recebem enquadramento conforme as regras gerais de posse ou porte.
(E) O art. 17 abrange diferentes condutas com arma, acessório ou munição no exercício de atividade comercial ou industrial sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Questão 25

No planejamento de patrulhamento preventivo, o comando da Guarda Civil Municipal analisou ocorrências relacionadas a drogas registradas nas proximidades de escola, hospital, unidade policial e instalação esportiva. Um agente afirmou que a localização do fato poderia repercutir juridicamente sobre determinados delitos previstos na Lei nº 11.343/2006. Outro sustentou que essa repercussão dependeria da comprovação de vínculo formal entre o destinatário da droga e a instituição existente nas proximidades. Para solucionar a divergência, o coordenador restringiu a análise aos locais e condições descritos no art. 40, III, afastando critérios criados pela prática administrativa.

Com base exclusivamente no art. 40, III, da Lei Federal nº 11.343/2006, julgue as afirmações como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__) Estabelecimentos de ensino estão contemplados pelo dispositivo.

(__) Estabelecimentos hospitalares integram a previsão legal.

(__) Unidades militares ou policiais estão incluídas na enumeração.

(__) O inciso condiciona sua incidência ao vínculo formal do destinatário da droga com a instituição.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, F, V, V.
(B) F, V, V, F.
(C) V, V, F, V.
(D) V, V, V, F.
(E) F, V, F, V.

Questão 26

Com o crescimento do efetivo da Guarda Civil Municipal e a ampliação de suas atividades operacionais, a administração iniciou revisão dos mecanismos institucionais de controle. Entre as propostas analisadas estava a concentração das atividades disciplinares e do recebimento de reclamações em um único setor subordinado ao comando da corporação. Outra proposta defendia a separação entre mecanismos de controle interno e externo nos moldes previstos pelo Estatuto Geral das Guardas Municipais. O grupo técnico recebeu a tarefa de identificar a solução compatível com o art. 13, considerando a natureza dos órgãos, suas funções e as condições legais relacionadas à existência da corregedoria.

Com base exclusivamente no art. 13 da Lei Federal nº 13.022/2014, sem considerar regulamentação municipal específica, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O controle interno cabe à ouvidoria, responsável pelas apurações disciplinares, enquanto a corregedoria exerce controle externo mediante recebimento das reclamações apresentadas pela população.

(B) A corregedoria realiza apurações disciplinares e a ouvidoria revisa as sanções aplicadas, permanecendo ambas subordinadas administrativamente à direção da própria Guarda Municipal.

(C) Corregedoria e ouvidoria exercem controle interno de maneira compartilhada, ficando o controle externo reservado a comissão permanente constituída no Poder Legislativo municipal.

(D) O controle envolve corregedoria como mecanismo interno nas hipóteses legais e ouvidoria como mecanismo externo, independente em relação à direção da respectiva guarda municipal.

(E) A existência de ouvidoria está vinculada ao mesmo requisito quantitativo estabelecido para a corregedoria, passando os dois órgãos a desempenhar atribuições disciplinares equivalentes.

Questão 27

No período noturno, uma equipe recebeu informações sobre possível situação emergencial em residência. Antes do atendimento, o supervisor relembrou que a Lei de Abuso de Autoridade contém figura relacionada ao ingresso ou à permanência em imóvel alheio fora das condições legalmente permitidas, mas também estabelece situações em que o ingresso não configura o crime previsto no art. 22. A discussão operacional envolveu prestação de socorro, flagrante delito, desastre e horário de cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar. Para a avaliação dos agentes, determinou-se que fossem utilizadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas no dispositivo, sem recorrer a construções doutrinárias ou jurisprudenciais.

Com base exclusivamente no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 13.869/2019, julgue as afirmações como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__) Cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h ou antes das 5h integra hipótese prevista no § 1º.

(__) O ingresso destinado à prestação de socorro está abrangido pela ressalva prevista no § 2º.

(__) Fundados indícios de necessidade de ingresso em razão de flagrante delito ou desastre estão contemplados pelo § 2º.

(__) A existência do mandado judicial torna juridicamente indiferente o horário de seu cumprimento para os fins do art. 22.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, V, V, F.

(B) V, V, F, V.

(C) F, V, F, V.

(D) F, V, V, F.

(E) V, F, V, F.

Questão 28

Na preparação de operação interinstitucional para grande evento público, representantes municipais discutiram a posição jurídica da Guarda Civil Municipal no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Um servidor afirmou que as guardas poderiam cooperar com os integrantes do SUSP, mas permaneceriam juridicamente externas ao sistema. Outro sustentou que a Lei nº 13.675/2018 inclui expressamente essas instituições em sua composição e determina atuação cooperativa dentro dos limites das competências de cada integrante. Para evitar discussão sobre a extensão constitucional das atribuições individuais dos órgãos participantes, o coordenador restringiu a atividade à composição formal estabelecida pelo art. 9º da legislação federal.

Com base exclusivamente no art. 9º da Lei Federal nº 13.675/2018, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) As guardas municipais ingressam na composição do SUSP após reconhecimento pelo conselho competente, condicionado à existência de estrutura própria de formação, corregedoria e ouvidoria.

(B) As guardas municipais integram o SUSP e atuam, dentro dos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica com os demais integrantes.

(C) As guardas municipais participam das ações do SUSP como entidades colaboradoras externas, embora possam compartilhar dados e integrar operações planejadas pelos integrantes formais do sistema.

(D) As guardas municipais compõem o SUSP mediante incorporação operacional temporária a órgão estadual, preservando sua estrutura administrativa municipal durante a realização das operações conjuntas.

(E) As guardas municipais passam a integrar o SUSP mediante convênio específico celebrado pelo Município, mantendo essa condição durante a vigência do respectivo instrumento de cooperação.

Questão 29

Ao apoiar atendimento realizado em uma residência após conflito entre moradores, guardas municipais acompanharam a localização de arma de fogo de uso permitido mantida no interior do imóvel pelo responsável pela casa, em desacordo com as exigências legais aplicáveis. Posteriormente, na elaboração do relatório e na capacitação da equipe, surgiu discussão sobre a correta distinção entre posse irregular e outras figuras previstas no Estatuto do Desarmamento. O instrutor esclareceu que o local em que a arma, o acessório ou a munição são mantidos possui relevância para a definição legal, assim como a condição do agente quando o objeto

estiver no local de trabalho. Para evitar interferência de elementos não fornecidos pelo caso, a análise foi limitada à descrição contida no art. 12 da Lei nº 10.826/2003.

Com base exclusivamente no art. 12 da Lei Federal nº 10.826/2003, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Manter arma de fogo de uso permitido irregularmente no interior da residência exige, para caracterização da figura penal, que o objeto esteja municiado e disponível para utilização imediata.

(B) Possuir arma de fogo de uso permitido irregularmente dentro da residência configura porte ilegal quando o objeto estiver prontamente disponível ao morador, ainda que não seja retirado do imóvel.

(C) Manter munição de uso permitido irregularmente na residência constitui infração administrativa quando desacompanhada de arma, ficando a incidência penal reservada ao armamento completo.

(D) Possuir arma de fogo de uso permitido no local de trabalho caracteriza a figura do art. 12 mesmo quando o agente não seja titular nem responsável legal pelo estabelecimento.

(E) Possuir ou manter sob guarda arma, acessório ou munição de uso permitido em desacordo com determinação legal ou regulamentar, nas condições espaciais previstas no art. 12, configura posse irregular.

Questão 30

Em uma ocorrência envolvendo possível dano a equipamento público municipal, uma equipe da Guarda Civil Municipal preservou o local e identificou pessoas que poderiam contribuir para o esclarecimento dos fatos. Na unidade responsável pelos procedimentos subsequentes, um agente público, pretendendo obter rapidamente informações, dirigiu-se a uma mulher que acompanhava pessoa potencialmente envolvida e afirmou que ela seria presa caso se recusasse a prestar declarações. Antes da formalização do depoimento, outro servidor verificou que, em razão da relação jurídica existente com o investigado, aquela pessoa possuía dever legal de sigilo. A situação foi posteriormente utilizada em capacitação para diferenciar o exercício regular da autoridade da conduta especificamente descrita pela Lei de Abuso de Autoridade. O instrutor ressaltou que a análise deveria observar quem é constrangido, o meio empregado pelo agente e a existência de dever legal de sigilo.

Com base exclusivamente no art. 15, caput, da Lei Federal nº 13.869/2019, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A conduta caracteriza o crime quando o agente constrange a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.

(B) A configuração do delito depende de ordem escrita para prestar depoimento, seguida de ameaça de prisão, desde que o dever de sigilo tenha sido previamente reconhecido por decisão judicial.

(C) A responsabilização prevista no dispositivo exige que a ameaça de prisão seja acompanhada de obtenção efetiva da informação sigilosa, completando-se a conduta com a revelação do conteúdo protegido.

(D) A incidência do dispositivo pressupõe que a pessoa protegida tenha iniciado formalmente o depoimento e posteriormente revele informação abrangida pelo dever de segredo relacionado à sua atividade profissional.

(E) A conduta caracteriza o crime quando o agente solicita depoimento de pessoa submetida a dever profissional de sigilo e informa que a recusa poderá ser registrada no procedimento para apreciação posterior.

Questão 31

Em apoio à ocorrência registrada em praça pública, guardas localizaram, em poder de um indivíduo, uma substância posteriormente identificada como droga. O relatório registrou quantidade e natureza do material, local da abordagem, condições da ação, comportamento do envolvido e seus dados pessoais. Em capacitação posterior, o instrutor explicou que a Lei nº 11.343/2006 estabelece elementos destinados à avaliação da destinação da droga para consumo pessoal e que a análise legislativa não se limita a um fator isolado. Para testar o domínio do dispositivo, foram apresentadas três proposições, devendo os candidatos identificar quais reproduzem parâmetros expressamente previstos no art. 28, § 2º.

Com base exclusivamente no art. 28, § 2º, da Lei Federal nº 11.343/2006, analise as assertivas:

I. A natureza e a quantidade da substância apreendida integram os elementos considerados.

II. O local e as condições em que se desenvolveu a ação também integram os parâmetros legais.

III. As circunstâncias sociais e pessoais, a conduta e os antecedentes do agente são igualmente considerados.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) I, II e III.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) III, apenas.

(E) II e III, apenas.

Questão 32

Em ação educativa sobre segurança doméstica, uma equipe da Guarda Civil Municipal analisou ocorrência na qual o proprietário de arma de fogo guardou o objeto em local acessível dentro da residência. Posteriormente, um adolescente de 16 anos conseguiu apoderar-se da arma. Não houve disparo nem lesão. No debate técnico, um

agente sustentou que a ausência de disparo impediria o enquadramento previsto no Estatuto do Desarmamento; outro afirmou que a idade relevante seria inferior a 21 anos; e um terceiro destacou que o dispositivo legal concentra-se no dever de impedir o apoderamento por determinados sujeitos. O responsável pelo treinamento solicitou a solução com base estrita na redação do art. 13, sem acrescentar resultados ou condições não estabelecidos pelo legislador.

Com base exclusivamente no art. 13, caput, da Lei Federal nº 10.826/2003, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A figura exige que a arma esteja sem registro regular, pois a regularidade documental do objeto exclui a responsabilização fundada na forma de armazenamento adotada pelo proprietário.

(B) A figura exige que menor de 18 anos efetue disparo com a arma, pois o apoderamento desacompanhado de utilização não completa a descrição estabelecida pelo dispositivo.

(C) A figura alcança a guarda inadequada quando pessoa menor de 21 anos acessa a arma, mesmo que não ocorra efetivo apoderamento do objeto colocado sob responsabilidade do proprietário.

(D) A figura alcança a falta das cautelas necessárias para impedir que menor de 18 anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere da arma sob posse ou propriedade do agente.

(E) A figura ocorre quando qualquer terceiro acessa o local de armazenamento, ainda que não se apodere da arma, desde que a forma de guarda adotada revele deficiência relevante de cautela.

Questão 33

Após uma ocorrência de grande repercussão no município, integrantes da Guarda Civil Municipal participaram de reunião de alinhamento com outros órgãos de segurança pública. Na exposição, foram discutidas as consequências jurídicas atribuídas pela legislação aos crimes hediondos e aos delitos que recebem tratamento equiparado. Um dos participantes afirmou que a Lei dos Crimes Hediondos estabelece um regime próprio quanto à possibilidade de fiança, graça, anistia e indulto. Outro ponderou que essas consequências não poderiam ser tratadas como equivalentes, pois a redação legal utiliza disciplina específica. Para evitar que conceitos oriundos de outros diplomas fossem incorporados indevidamente à resposta, o instrutor solicitou que os agentes examinassem estritamente o conteúdo da Lei nº 8.072/1990, considerando a redação legal vigente e distinguindo as consequências efetivamente estabelecidas pelo legislador daquelas apenas semelhantes em terminologia.

Com base exclusivamente no art. 2º, I e II, da Lei Federal nº 8.072/1990, Lei dos Crimes Hediondos, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Os crimes hediondos e os delitos equiparados admitem graça ou indulto quando houver cumprimento parcial da pena, permanecendo vedadas a anistia e a concessão de fiança.

(B) Os crimes hediondos são insuscetíveis de graça e fiança, enquanto a anistia e o indulto permanecem submetidos às regras ordinárias previstas para a execução penal.

(C) Os crimes hediondos não admitem anistia, graça ou indulto, mas a fiança poderá ser concedida quando a pena mínima abstratamente prevista não superar quatro anos.

(D) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança.

(E) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia e indulto, enquanto a graça poderá ser concedida conforme as circunstâncias pessoais do condenado e o estágio da execução penal.

Questão 34

Em reunião municipal destinada ao planejamento de segurança de equipamentos públicos, representantes de diferentes secretarias discutiram o papel institucional da Guarda Civil Municipal. Um gestor defendeu que a instituição deveria concentrar-se na vigilância estática dos edifícios administrativos. Outro argumentou que o Estatuto Geral das Guardas Municipais prevê atuação preventiva mais ampla sobre bens, serviços e instalações municipais, sem afastar as competências atribuídas aos órgãos federais e estaduais. O coordenador solicitou que os participantes identificassem a formulação compatível com a competência específica prevista no art. 5º, II, evitando tanto ampliar quanto restringir o alcance conferido pela legislação federal.

Com base exclusivamente no art. 5º, caput e II, da Lei Federal nº 13.022/2014, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Compete à guarda municipal proteger bens e instalações do Município, alcançando os serviços públicos municipais apenas quando a ocorrência também provocar dano material comprovado e diretamente relacionado ao patrimônio público.

(B) Compete à guarda municipal coibir infrações contra instalações municipais somente mediante instrumento formal de cooperação com órgão estadual, caso a ocorrência também apresente possível repercussão de natureza penal no local.

(C) Compete à guarda municipal prevenir infrações penais e administrativas contra bens e instalações municipais, mas não coibir atos infracionais, cuja apuração e contenção ficariam reservadas aos demais órgãos de segurança pública.

(D) Compete à guarda municipal vigiar os prédios públicos do Município, limitando sua atuação direta às estruturas administrativas e atribuindo aos órgãos estaduais a intervenção nas ocorrências que também envolvam serviços municipais.

(E) Compete à guarda municipal prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais contra bens, serviços e instalações municipais, respeitadas as demais competências.

Questão 35

Após a condução de pessoa detida a uma unidade pública, um servidor tentou obrigá-la, mediante grave ameaça, a permanecer exposta diante de pessoas que não participavam do procedimento, justificando que a exibição serviria como exemplo para outros indivíduos. Outro agente interveio e impediu o prosseguimento da conduta. Na capacitação posterior, o episódio foi utilizado para estudar o art. 13 da Lei de Abuso de Autoridade. O instrutor destacou que o dispositivo não abrange indistintamente qualquer desconforto decorrente da custódia, pois estabelece meios de constrangimento e finalidades específicas. Os agentes deveriam identificar a proposição que reunisse corretamente esses elementos, sem acrescentar resultado lesivo ou meio de divulgação não exigidos pela legislação.

Com base exclusivamente no art. 13, I a III, da Lei Federal nº 13.869/2019, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O constrangimento pode visar à produção de prova contra o próprio preso, enquanto a produção de prova contra terceiro permanece fora das finalidades abrangidas pelo art. 13.

(B) A exposição à curiosidade pública depende de divulgação por meio de comunicação ou registro audiovisual, pois a simples exibição presencial não satisfaz a finalidade descrita no dispositivo.

(C) A submissão a situação vexatória depende da produção comprovada de lesão corporal ou dano psicológico, pois o resultado lesivo complementa o constrangimento descrito pela norma penal.

(D) A figura exige violência física efetiva, enquanto grave ameaça desacompanhada de contato corporal pode produzir responsabilização distinta, mas não integra os meios previstos no art. 13.

(E) O art. 13 alcança constrangimento mediante violência, grave ameaça ou redução da capacidade de resistência destinado às finalidades expressamente descritas em seus três incisos.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Questão 36

Após abordagem preventiva, um indivíduo verbalmente forneceu aos guardas nome pertencente a terceira pessoa, pretendendo obter vantagem ao ocultar sua verdadeira identificação. Minutos depois, em situação distinta, outro abordado apresentou como próprio documento de identidade pertencente ao irmão. Nenhum dos agentes públicos havia sugerido ou induzido as condutas. Ao elaborar os registros, a equipe discutiu se as duas situações deveriam receber exatamente o mesmo enquadramento penal ou se o Código Penal diferencia a atribuição de falsa identidade do uso, como próprio, de documento de identidade alheia.

Para solucionar o problema, os guardas deveriam observar a descrição objetiva de cada tipo penal, sem ampliar os elementos legais em razão da semelhança prática entre as condutas.

Com base exclusivamente nos arts. 307 e 308 do Decreto-Lei Federal nº 2.848/1940, Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A primeira situação corresponde à falsa identidade do art. 307, enquanto a apresentação, como próprio, de documento de identidade alheia encontra descrição específica no art. 308.

(B) As duas situações correspondem ao art. 307, pois o emprego material de documento pertencente a terceiro constitui apenas meio de execução da atribuição de identidade diversa.

(C) O art. 308 abrange a atribuição verbal de dados pertencentes a terceiro, ao passo que o art. 307 se aplica ao uso de documento verdadeiro expedido em nome de outra pessoa.

(D) A distinção entre os arts. 307 e 308 depende da vantagem efetivamente obtida, de modo que a forma de identificação utilizada pelo agente possui relevância apenas para dosimetria da pena.

(E) A primeira situação encontra previsão no art. 308, enquanto o art. 307 pressupõe apresentação material de documento falso ou pertencente a pessoa diversa do abordado.

Questão 37

Após sucessivas ocorrências patrimoniais em equipamentos públicos municipais, investigação identificou três pessoas que haviam estabelecido vínculo voltado especificamente à prática reiterada de crimes. O grupo possuía divisão informal de tarefas e mantinha comunicação prévia para selecionar os locais das ações. Não havia elementos suficientes, para os fins desta questão, que justificassem enquadramento em figura penal especial diversa da prevista no Código Penal para associação criminosa. Um quarto indivíduo, sem integrar de modo permanente o grupo, contratou um de seus integrantes para a prática de determinado delito.

Na análise do caso, a equipe precisou considerar a redação atual do art. 288, que sofreu alteração em 2025 e passou a disciplinar expressamente situação relacionada à solicitação ou contratação de crime a integrante de associação criminosa.

Com base exclusivamente no art. 288, caput e §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei Federal nº 2.848/1940, Código Penal, julgue:

(__) O caput exige associação de três ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes.

(__) A participação de criança ou adolescente constitui circunstância considerada pelo § 1º na elevação da pena.

(__) O caráter armado da associação determina aumento da pena de um terço até a metade, conforme estabelece o § 1º.

(__) A redação vigente alcança quem solicita ou contrata o cometimento de crime a integrante da associação nas condições do § 2º.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, V, V, V.
(B) F, V, V, V.
(C) V, V, F, V.
(D) V, F, V, F.
(E) F, V, F, V.

Questão 38

Após ocorrência atendida pela Guarda Civil Municipal, laudo pericial produzido na investigação apontou que o autor do fato apresentava doença mental no momento da conduta. A conclusão técnica, entretanto, não indicava incapacidade completa: segundo os peritos, em razão da enfermidade, o agente possuía capacidade reduzida, mas não inteiramente eliminada, para compreender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.

Na discussão sobre o encaminhamento jurídico, um servidor afirmou que a mera existência de doença mental implicaria isenção de pena. Outro observou que o Código Penal diferencia a incapacidade inteira daquela em que a capacidade de entendimento ou autodeterminação está apenas diminuída, atribuindo consequências jurídicas diferentes a cada hipótese.

Com base exclusivamente no art. 26, caput e parágrafo único, do Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O comprometimento parcial da capacidade possui relevância penal apenas quando decorrer de embriaguez, pois doença mental produz as consequências jurídicas estabelecidas exclusivamente no caput do art. 26.
(B) A redução prevista no parágrafo único depende de incapacidade integral para entender o caráter ilícito, enquanto a isenção do caput se aplica quando essa capacidade estiver parcialmente comprometida.
(C) A situação narrada pode ensejar redução da pena de um a dois terços, pois o parágrafo único contempla agente que, nas condições legais, não era inteiramente capaz de entendimento ou autodeterminação.
(D) A doença mental produz isenção de pena quando compromete de forma relevante a capacidade do agente, ainda que reste preservada parcela suficiente de entendimento sobre o caráter ilícito do fato.
(E) A capacidade reduzida conduz à mesma consequência prevista para a incapacidade inteira, diferenciando-se as hipóteses somente quanto à modalidade de medida de segurança posteriormente aplicável.

Questão 39

Em investigação iniciada após comunicação à Guarda Municipal, identificou-se ambiente virtual administrado por adulto que disponibilizava registros contendo violência sexual contra crianças e adolescentes. A apuração indicou que o responsável não havia produzido pessoalmente todos os arquivos, mas administrava o espaço digital com a finalidade de armazenar e disponibilizar esse conteúdo aos usuários. Na análise inicial, surgiu dúvida porque parte da equipe utilizava redação anterior do Estatuto e desconhecia as modificações legislativas ocorridas em 2026.

O caso exigiu especial atenção ao art. 241-A e às novas condutas expressamente incorporadas ao dispositivo, evitando tratar como mero armazenamento pessoal comportamento relacionado à administração de ambiente cibernético destinado à circulação do material.

Com base exclusivamente no art. 241-A, caput e §§ 1º a 3º, da Lei Federal nº 8.069/1990, com redação vigente conferida pela Lei nº 15.487/2026, julgue:

(__) O caput alcança disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar o conteúdo ali definido.

(__) A lei passou a contemplar quem administra ou é responsável por ambiente cibernético com a finalidade legalmente descrita.

(__) O responsável por serviço oficialmente notificado pode incidir nas condições estabelecidas pelo § 2º se deixar de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito.

(__) A publicação ou compartilhamento em mais de uma plataforma digital pode produzir a causa de aumento estabelecida pela redação vigente.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) F, V, V, V.
(B) V, F, V, F.
(C) V, V, V, V.
(D) V, V, F, V.
(E) F, V, F, V.

Questão 40

Uma mulher possuía medida protetiva de urgência regularmente deferida pelo Poder Judiciário. Mesmo formalmente cientificado, o agressor violou a determinação e ingressou em área cuja exclusão era fiscalizada por monitoração eletrônica. O equipamento registrou a violação, permitindo rápida intervenção dos agentes responsáveis. Na unidade de atendimento, surgiu discussão sobre a natureza do descumprimento, a competência do juízo que deferira a medida, a possibilidade de outras sanções e a repercussão

específica da violação de área monitorada.

A equipe foi orientada a considerar a redação atual da Lei Maria da Penha, inclusive alteração de 2026 relativa à monitoração eletrônica, sem recorrer a formulações anteriores quanto à pena do delito.

Com base exclusivamente no art. 24-A, caput e §§ 1º a 4º, da Lei Federal nº 11.340/2006, analise:

I. A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu a medida.

II. A previsão do art. 24-A não exclui outras sanções cabíveis.

III. A violação das áreas de exclusão monitoradas eletronicamente pode determinar aumento da pena nos limites previstos em lei.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

(A) II e III, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e II, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, apenas.

Questão 41

Em atendimento realizado nas proximidades de uma unidade de acolhimento, guardas municipais presenciaram um responsável pela vigilância submeter adolescente que estava sob sua supervisão a situação deliberadamente vexatória. O responsável determinou que o jovem permanecesse diante de outras pessoas enquanto o ridicularizava como forma de repreensão por comportamento anterior. Não houve lesão corporal, privação da liberdade nem utilização de violência ou grave ameaça. Ao ser advertido, o responsável alegou que a ausência de agressão física afastaria a incidência de crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No encaminhamento da ocorrência, surgiu a necessidade de verificar se o Título VII do Estatuto contém tipo penal relacionado especificamente à submissão de criança ou adolescente, sob autoridade, guarda ou vigilância do agente, a vexame ou constrangimento.

Com base exclusivamente no art. 232 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A conduta caracteriza infração administrativa quando praticada por responsável pela vigilância, passando à esfera criminal se o constrangimento produzir efetiva lesão à integridade corporal do adolescente.
(B) O tipo penal pressupõe que o vexame seja acompanhado de violência física, pois a condição de autoridade, guarda ou vigilância constitui circunstância de aumento da pena e não elemento da figura criminosa.
(C) O tipo penal alcança a submissão a vexame ou constrangimento quando a criança ou adolescente estiver sob autoridade, guarda ou vigilância do agente, sem exigir lesão corporal como elemento da descrição legal.
(D) A figura penal incide sobre quem submete criança ou adolescente a vexame em ambiente institucional, enquanto constrangimentos praticados em outros contextos recebem tratamento como infração administrativa.
(E) A relação de autoridade, guarda ou vigilância possui relevância para a fixação da pena, mas a figura descrita no Estatuto pode ser praticada nas mesmas condições contra qualquer criança ou adolescente.

Questão 42

Durante o atendimento a uma denúncia de violência doméstica e familiar, uma equipe policial constatou risco atual à integridade sexual e psicológica de uma mulher e de seus dependentes. O município não era sede de comarca e não havia delegado de polícia disponível no momento da denúncia. Diante da necessidade de afastamento imediato do agressor do lar, os agentes discutiram quem poderia adotar a medida e quais providências deveriam ser tomadas em seguida.

Considerando exclusivamente as disposições da Lei Maria da Penha, assinale a alternativa que apresenta a atuação correta na situação descrita.

(A) Adotar o afastamento pelo policial por até vinte e quatro horas, condicionando sua continuidade a uma decisão judicial expressa proferida dentro desse período inicial.
(B) Encaminhar o caso ao delegado do município vizinho para determinar o afastamento, cabendo ao policial comunicar a medida ao juiz em até vinte e quatro horas após sua adoção.
(C) Adotar o afastamento pelo policial e comunicar o juiz em até vinte e quatro horas, cabendo à autoridade judicial decidir em igual prazo e dar ciência ao Ministério Público.
(D) Adotar o afastamento pelo policial e comunicar o juiz em até vinte e quatro horas, cabendo ao delegado posteriormente disponível ratificar a medida antes da análise judicial.
(E) Adotar o afastamento pelo policial e comunicar o juiz em até quarenta e oito horas, cabendo à autoridade judicial decidir em igual prazo e dar ciência ao Ministério Público.

Questão 43

Em procedimento interno de capacitação, foram apresentados três relatos envolvendo servidores públicos. No primeiro, o agente exigiu vantagem indevida de comerciante em razão da função. No segundo, outro servidor solicitou vantagem indevida para si, também em razão da função, sem que o particular chegasse a entregá-la. No terceiro, um funcionário retardou indevidamente ato de ofício para satisfazer sentimento

pessoal, sem pedido ou promessa de vantagem econômica.

A atividade buscava avaliar a capacidade dos guardas de diferenciar crimes contra a Administração Pública que apresentam elementos próximos, especialmente porque a classificação depende dos verbos nucleares, da relação da vantagem com a função e da finalidade atribuída à conduta.

Com base exclusivamente nos arts. 316, caput, 317, caput, e 319 do Decreto-Lei Federal nº 2.848/1940, Código Penal, associe as colunas:

Coluna 1

1. Concussão.

2. Corrupção passiva.

3. Prevaricação.

Coluna 2

(__) Solicitar vantagem indevida em razão da função.

(__) Retardar indevidamente ato de ofício para satisfazer sentimento pessoal.

(__) Exigir vantagem indevida em razão da função.

Assinale a alternativa que contém a associação CORRETA, de cima para baixo.

(A) 2, 1, 3.
(B) 3, 2, 1.
(C) 2, 3, 1.
(D) 1, 2, 3.
(E) 1, 3, 2.

Questão 44

Em fiscalização preventiva realizada nas proximidades de evento municipal, guardas constataram que o responsável por um comércio entregara gratuitamente bebida alcoólica a um adolescente. O jovem abriu a embalagem e consumiu parte do conteúdo antes da intervenção da equipe. O comerciante afirmou que não teria praticado o crime previsto no Estatuto porque não houve venda, argumentando que a entrega gratuita teria tratamento jurídico distinto. Na elaboração da ocorrência, outro agente recordou que o dispositivo legal emprega diversos verbos para abranger formas distintas de disponibilização e que alteração legislativa posterior passou a prever consequência específica quando a criança ou o adolescente utiliza ou consome o produto.

Com base exclusivamente no art. 243, caput e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação vigente, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A entrega gratuita não integra o tipo penal, mas o consumo pelo adolescente transforma a conduta em infração administrativa agravada, independentemente da existência de relação comercial entre as partes.
(B) O tipo penal alcança a entrega gratuita de bebida alcoólica, e a utilização ou o consumo do produto pela criança ou adolescente constitui causa de aumento prevista no parágrafo único.
(C) O consumo do produto é elemento necessário para a configuração do delito, razão pela qual a entrega gratuita sem ingestão constitui forma tentada do crime previsto no art. 243 do Estatuto.
(D) A entrega de bebida alcoólica configura o crime previsto no dispositivo, mas o consumo posterior pelo adolescente constitui fato autônomo sem repercussão na pena atribuída ao fornecedor.
(E) O fornecimento gratuito integra o tipo penal quando se tratar de produto causador de dependência diverso de bebida alcoólica, pois esta exige contraprestação econômica para caracterização da conduta criminosa.

Questão 45

Em repartição municipal, servidor público que atendia diretamente os cidadãos passou a dificultar deliberadamente a prestação de determinado serviço a um usuário por motivo relacionado à sua origem étnica. A apuração demonstrou que o servidor atuou no exercício de suas funções e que a conduta se enquadrava em crime previsto na Lei nº 7.716/1989. Na análise jurídica, discutiu-se se a qualidade funcional do autor constituiria circunstância irrelevante, elementar de todos os crimes da Lei ou causa específica de aumento aplicável a determinados delitos.

A equipe responsável pela ocorrência deveria observar a redação atual introduzida em 2023, sem confundir essa disciplina com tipos penais que já exigem determinada qualidade do sujeito ou com outras causas de aumento previstas no diploma.

Com base exclusivamente no art. 20-B da Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, julgue:

(__) A causa de aumento alcança os crimes previstos nos arts. 2º-A e 20.

(__) A condição considerada pela norma é a de funcionário público conforme definição do Código Penal.

(__) A incidência está relacionada ao exercício das funções ou ao pretexto de exercê-las.

(__) O aumento previsto no dispositivo corresponde ao intervalo de um terço até a metade.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, F, V, F.
(B) V, V, F, V.
(C) V, V, V, V.
(D) F, V, F, V.
(E) F, V, V, V.

Questão 46

No almoxarifado de uma unidade pública, servidor responsável pela guarda de equipamentos permitiu, por

grave descuido na execução de suas atribuições, que outro funcionário se apropriasse de determinado bem móvel pertencente à Administração. A investigação demonstrou que o primeiro servidor não aderiu à intenção criminosa do autor da subtração nem recebeu vantagem, mas sua atuação culposa contribuiu para o delito praticado pelo colega. Antes de sentença irrecorrível, o dano patrimonial foi integralmente reparado.

Na análise jurídica do fato, tornou-se necessário distinguir o peculato doloso das disposições específicas relativas ao funcionário que concorre culposamente para o crime de outrem, bem como verificar a consequência atribuída pela lei à reparação tempestiva do dano.

Com base exclusivamente no art. 312, caput e §§ 1º a 3º, do Decreto-Lei Federal nº 2.848/1940, Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A forma culposa incide quando o funcionário desvia o bem sem intenção de obter proveito próprio, distinguindo-se da modalidade dolosa pela inexistência de vantagem econômica efetivamente recebida.

(B) A contribuição culposa possui disciplina própria, e a reparação do dano anterior à sentença irrecorrível extingue a punibilidade; se posterior, reduz de metade a pena imposta.

(C) O peculato culposo exige que o funcionário possua diretamente o bem em razão do cargo, enquanto a contribuição para apropriação praticada por outro servidor caracteriza participação dolosa presumida.

(D) A contribuição culposa enquadra-se na mesma modalidade do peculato doloso, mas a reparação anterior à sentença irrecorrível permite ao juiz reduzir a pena aplicada em até metade.

(E) A reparação do dano produz redução de metade quando realizada antes da sentença irrecorrível e extingue a punibilidade quando efetuada após o trânsito em julgado da condenação.

Questão 47

No curso de atendimento relacionado a possível violência doméstica, uma mulher relatou que vinha sendo reiteradamente submetida a intenso sofrimento mental pelo companheiro. A equipe responsável pelo encaminhamento discutiu a incidência da Lei de Tortura porque um dos integrantes recordava que, antes de recente alteração legislativa, o art. 1º concentrava-se em hipóteses envolvendo violência ou grave ameaça com determinadas finalidades, castigo de pessoa sob guarda, poder ou autoridade e tratamento ilícito de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.

Outro integrante alertou que a Lei Federal nº 9.455/1997 sofreu alteração em 2026 e que a análise deveria considerar a redação vigente, especialmente quanto à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Com base exclusivamente no art. 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997, com a alteração promovida pela Lei nº 15.410/2026, analise:

I. A tortura do inciso I pode ter por finalidade obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

II. O inciso II contempla intenso sofrimento físico ou mental imposto, nas condições legais, como castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

III. A redação vigente contempla a submissão reiterada da mulher a intenso sofrimento físico ou mental no contexto de violência doméstica e familiar.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, apenas.

(D) I, II e III.

(E) I e III, apenas.

Questão 48

Um agente público foi condenado por crime previsto na Lei de Tortura, após comprovação dos elementos exigidos pelo tipo penal. Durante atividade de capacitação da Guarda Civil Municipal, discutiram-se os efeitos legais relacionados à condição funcional do condenado. Um participante sustentou que a condenação teria repercussão apenas sobre a pena privativa de liberdade. Outro afirmou que a perda do cargo dependeria de prazo idêntico ao da pena aplicada. Um terceiro recordou que a própria Lei nº 9.455/1997 estabelece efeito funcional e período específico de interdição para o exercício de função pública.

Para evitar que institutos gerais do Código Penal fossem indevidamente utilizados no lugar da disciplina especial, a análise foi limitada ao texto expresso da Lei de Tortura.

Com base exclusivamente no art. 1º, §§ 4º, 5º, 6º e 7º, da Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997, analise as asserções:

I. A condenação por crime de tortura acarreta perda do cargo, função ou emprego público e interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

PORQUE

II. A Lei de Tortura prevê tratamento penal específico, incluindo causa de aumento quando o crime é cometido por agente público e efeitos funcionais expressamente estabelecidos para a condenação.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

(B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

Questão 49

Uma equipe da Guarda Civil Municipal foi acionada para intervir em conflito ocorrido em estabelecimento aberto ao público. Segundo testemunhas, após uma discussão entre dois frequentadores, um deles dirigiu diretamente ao outro expressões ofensivas relacionadas à sua raça e cor, com a finalidade de atingir sua dignidade. A apuração inicial não indicou impedimento de acesso ao estabelecimento, recusa de atendimento ou manifestação dirigida indistintamente a uma coletividade. O núcleo da conduta consistiu na ofensa pessoal motivada pelos elementos discriminatórios descritos.

Ao registrar a ocorrência, os agentes foram alertados de que alterações legislativas transferiram para a Lei nº 7.716/1989 a disciplina específica da injúria praticada em razão de determinados elementos, sendo necessário distinguir essa figura das demais modalidades de discriminação previstas no mesmo diploma.

Com base exclusivamente no art. 2º-A, caput e parágrafo único, da Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A incidência do art. 2º-A pressupõe que a ofensa pessoal seja acompanhada de impedimento concreto ao exercício de direito, distinguindo-se por esse resultado das condutas previstas no art. 20.

(B) A ofensa individual motivada por raça ou cor permanece disciplinada pelo art. 140, § 3º, do Código Penal, ficando o art. 2º-A reservado às práticas discriminatórias dirigidas a grupos indeterminados.

(C) A ofensa prevista no art. 2º-A exige concurso de duas ou mais pessoas para sua configuração, circunstância que diferencia a injúria racial das demais figuras previstas na Lei nº 7.716/1989.

(D) A conduta descrita enquadra-se no art. 2º-A quando a ofensa à dignidade ou ao decoro ocorrer em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, incidindo aumento se houver concurso de duas ou mais pessoas.

(E) A conduta descrita enquadra-se no art. 2º-A quando a ofensa estiver relacionada à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, aplicando-se o mesmo tratamento penal às cinco circunstâncias discriminatórias.

Questão 50

Uma guarda municipal integrante de patrulha especializada recebeu relato de mulher cujo ex-companheiro, sem agredi-la fisicamente, vinha retendo seus documentos pessoais e instrumentos utilizados em seu trabalho. Em episódios distintos, ele também destruíra objetos de propriedade da vítima e se recusava a restituir valores que lhe pertenciam. A mulher informou que essas condutas eram empregadas como instrumento de controle após o encerramento do relacionamento.

Na elaboração do registro, um integrante da equipe classificou os fatos apenas como violência psicológica, porque não havia subtração definitiva do patrimônio. Outro ponderou que a Lei Maria da Penha apresenta conceito específico relacionado à retenção, subtração e destruição de objetos, instrumentos de trabalho, documentos, bens, valores, direitos e recursos econômicos.

Com base exclusivamente no art. 7º, incisos I a V, da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A classificação como violência patrimonial depende da demonstração de prejuízo econômico definitivo, motivo pelo qual a retenção temporária de documentos permanece abrangida pela violência psicológica.

(B) Os fatos integram violência psicológica, categoria que absorve as condutas patrimoniais utilizadas como mecanismo de controle quando não ocorre transferência definitiva da propriedade dos bens.

(C) Os fatos caracterizam violência moral, pois a retenção de documentos e valores constitui forma de ofensa à reputação econômica da vítima quando praticada no contexto de relação íntima de afeto.

(D) Os fatos descritos ajustam-se à violência patrimonial, que compreende condutas de retenção, subtração ou destruição de objetos, instrumentos de trabalho, documentos, bens, valores, direitos ou recursos econômicos.

(E) A violência patrimonial abrange a destruição de bens comuns do casal, enquanto a retenção de documentos pessoais e instrumentos de trabalho é juridicamente classificada como violência física indireta.

PÁGINA DE RASCUNHO

INSTITUTO igeduc
CONCURSOS COM INTEGRIDADE

NÃO DESTACAR

Instagram Oficial:
@institutoigeduc